

A realidade impõe-se: Faltam Professores e Educadores!

Conferência de Imprensa de início do ano letivo 2026/2027

Ampliação dos problemas detetados nos últimos anos

Falta de professores e de outros trabalhadores nas escolas, direito à inclusão negado, obras urgentes adiadas e graves constrangimentos na utilização de manuais digitais: assim se pode resumir o início deste ano letivo.

Em nome da Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores, saúdo todos os docentes da Região Autónoma dos Açores e toda a restante comunidade educativa, formulando votos de um ano letivo de sucesso, quer no plano educativo, quer no plano pessoal e profissional.

O início deste ano letivo é marcado, desde logo, pela perturbação provocada pelos exames nacionais. O caos gerado no final do ano letivo transato, recorde-se, há pouco mais de um mês, transitou para o início deste novo ano letivo.

A atribuição de mais horas extraordinárias, o aumento do número de alunos por turma e a redução dos apoios no âmbito da educação inclusiva, como forma de procurar suprir a falta de docentes que ainda subsiste nesta altura e que se agravará ao longo do ano, é uma enorme sobrecarga para os docentes!

Onde estão os professores? Medidas do Governo revelam-se ineficazes

A falta de professores agudiza-se a cada ano. As listas de candidatos estão praticamente vazias, obrigando as escolas a lançar **238** horários a concurso, através de ofertas de escola, o que corresponde a **quase 5 000 horas letivas por semana, muitas das quais ficarão por assegurar, por falta de candidatos!**

Isto significa, também, que as escolas, logo neste início do ano letivo, estão praticamente a contratar tantos docentes como a própria Secretaria Regional da Educação— **281**, até à data —, o que revela, de forma clara, a dimensão do problema.

Não há professores, porque a carreira deixou de ser suficientemente atrativa.

Não há professores, porque os incentivos à fixação nas escolas e ilhas carenciadas não existem ou são manifestamente insuficientes, e porque os custos com a habitação, na Região, são incombustíveis.

Não há professores, porque a Secretaria Regional da Educação não está a conseguir atrair docentes em número suficiente para a Região.

São, por isso, necessárias medidas urgentes. Medidas que permitam **atrair, fixar e valorizar os docentes na Região.**

Tal como o SPRA tem vindo a afirmar, as medidas adotadas pela tutela e pelo Governo Regional, nomeadamente o apoio ao alojamento, que apesar de subir de 300 para 500 euros, e as prioridades definidas nos concursos para fixar docentes, **revelaram-se absolutamente ineficazes nos objetivos anunciados.**

O universo de docentes abrangidos pelas condições de prioridade em concurso e pelo apoio à deslocação são residuais e, pelo contrário, contribuíram para afastar docentes da região.

Por isso, lançamos um desafio ao Governo Regional: que divulgue quantos docentes estão efetivamente a usufruir destas medidas, que foram tão amplamente anunciadas e apresentadas como sendo estruturantes para a atração e fixação de professores na Região.

O SPRA tem proposto medidas que já se revelaram eficazes e está disponível para negociar com a Secretaria Regional da Educação a concretização destes apoios. É necessário passar das intenções às medidas concretas. A Região precisa de uma política efetiva de atração e fixação de docentes, sobretudo nas escolas e ilhas onde a carência é mais acentuada, articulada com a valorização da profissão e com uma aposta na **formação inicial** e na **profissionalização em serviço.**

Na Região, dezenas de docentes com habilitação própria e cinco ou mais anos de serviço continuam sem acesso à profissionalização. Trata-se de uma discriminação face aos colegas do restante país. São professores necessários às escolas, mas impedidos de ingressar na carreira e estabilizar a sua vida profissional. O Governo Regional tem de encontrar uma solução, designadamente através da Universidade dos Açores, garantindo uma via de profissionalização. Reconhecer que o problema é importante, e que é urgente concretizar respostas.

A realidade não dá espaço para dúvidas: sem uma política eficaz e assertiva, este problema, que é estrutural, não desaparecerá. Pelo contrário, tudo indica que a falta de professores tenderá a agravar-se, se não forem tomadas medidas adequadas.

Só na Região, entre setembro de 2025 e setembro de 2026, **aposentaram-se 92 docentes, ao passo que entraram na formação inicial, na Universidade dos Açores, apenas 27 futuros docentes.**

Entram na profissão muito menos professores do que aqueles que dela saem.

Escolas denunciam falta de Assistentes Operacionais

Outro grave problema com que as escolas se confrontam é a falta de pessoal não docente, designadamente de Assistentes Operacionais, essenciais para o seu bom funcionamento e para a segurança e bem-estar de todos os que nelas trabalham e estudam.

As escolas precisam destes profissionais: sem eles, ficam comprometidos o ambiente educativo e a própria capacidade da escola para cumprir plenamente a sua missão. O número de contratações anunciado pela tutela nem sequer permitem compensar as aposentações.

Como ficou a Educação Inclusiva na Região?

No que respeita à Educação Inclusiva, mantêm-se e aprofundam-se os problemas denunciados pelo SPRA nos anos anteriores, nomeadamente a falta de docentes especializados. A isto, soma-se a recusa, pela Secretaria, de horários e turmas pedidos pelas escolas. Os problemas de anos anteriores surgem agora agudizados, na maior parte das escolas.

A Educação Inclusiva não se faz apenas com legislação, princípios ou declarações de intenção. Faz-se com profissionais, com recursos e com condições concretas para responder às necessidades de cada aluno. Se, nos anos anteriores, as respostas negadas aos alunos pela SRECD a falta de materiais, recursos pedagógicos e espaços físicos adequados e de docentes especializados, de assistentes operacionais, de psicólogos e de outros técnicos condicionavam gravemente a inclusão, agora, tornou-se, na maioria dos casos, inteiramente ineficaz, com prejuízo dos alunos, particularmente dramático nos casos extremos.

Sem recursos humanos e sem as condições de trabalho nas turmas, nomeadamente a segurança dos docentes e restantes elementos da comunidade escolar, não há intenções de inclusão que resistam. Uma verdadeira escola inclusiva é uma escola onde todos cabem, onde todos têm direito a aprender e onde cada aluno encontra os apoios de que necessita para desenvolver plenamente as suas capacidades. Não é isso que temos, não obstante o esforço de todos os diretamente envolvidos.

Manuais digitais

Relativamente aos manuais digitais escolares, o arranque deste ano letivo voltou a ser marcado por perturbações.

Centenas de alunos e docentes continuam sem acesso aos manuais digitais, devido a atrasos na disponibilização das respetivas licenças de acesso. A par disto, preveem-se dificuldades no acesso, pela sobrecarga da rede *wireless*, durante todo o ano letivo. Quatro anos depois, continuam a verificar-se problemas desta natureza, o que é inaceitável! O SPRA reitera que o digital deve ser apenas mais um recurso à disposição de professores e alunos, não podendo substituir o suporte de papel. Ambos são necessários!

Degradação de infraestruturas escolares. Que planeamento por parte da tutela?

Um problema que se também se agrava ano após ano é a degradação das infraestruturas escolares. Muitas das escolas necessitam de **manutenção, recuperação e requalificação**.

Algumas, pelo estado degradado em que se encontram, não apresentam as condições condizentes com espaços de aprendizagem. Este é o resultado da ausência de uma política de manutenção preventiva e de recuperação do parque escolar que não se limite a responder às situações de emergência. Como temos afirmado, ao adiar uma obra hoje, está-se a torná-la maior e mais dispendiosa amanhã!

Concluímos,

A realidade impõe-se: **faltam professores!** E perante esta realidade, não basta reconhecer o problema. É necessário agir. O SPRA está disponível para discutir, negociar e construir soluções.

Só com professores valorizados, escolas dotadas dos recursos necessários e políticas educativas consequentes poderemos concretizar o verdadeiro desafio da transformação social pela Educação.

O SPRA irá continuar, de forma empenhada e convicta, a sua ação nesse sentido, começando por reunir com a tutela para apresentação do seu Caderno Reivindicativo, no qual se elencam os problemas com os quais se debate o sistema educativo regional, bem como se apresentam propostas de solução.

A Direção

Angra do Heroísmo, 18 de setembro de 2026